

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.

CNPJ: 40.760.921/0001-77

Natal – RN 20 de março de 2023.

Aos acionistas da

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A** em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Importante ressaltar que a companhia foi constituída no quarto trimestre do ano de 2020 e se encontra, desde a sua constituição, em fase pré-operacional. Por esta razão, não possui ainda produtos e serviços ofertados ao mercado. Sendo assim, dentre as demonstrações financeiras deixará de apresentar as demonstrações do valor adicionado, do resultado e do resultado abrangente, uma vez que não há despesas e/ou receitas realizadas no período.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09.

Atenciosamente,

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A

Diretor Presidente

Márcio Paulino de Paiva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores da

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A

Natal – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo em vista que, desde sua constituição, a companhia encontra-se em fase pré-operacional.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

A companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros “principais assuntos de auditoria” que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 20 março de 2023.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" RN
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" RN

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" RN
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 "S" RN

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.
CNPJ: 40.760.921/0001-77

Balanco Patrimonial do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	1.179
Outros créditos		111	111
Total do Ativo Circulante		115	1.290
Ativo Não Circulante			
Investimentos	6	1.366	900
Total do Ativo Não Circulante		1.366	900
Total do Ativo		1.481	2.190
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores	7	800	800
Obrigações tributárias		111	111
Total do Passivo Circulante		911	911
Outras obrigações	8	11.600	10.000
Total do Passivo Não Circulante		11.600	10.000
Patrimônio líquido	9		
Capital social		10.000	10.000
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(21.030)	(18.721)
Total do patrimônio líquido		(11.030)	(8.721)
Total do Passivo		1.481	2.190

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.

CNPJ: 40.760.921/0001-77

Demonstração do Resultado do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		-	
Receita operacional líquida			-
Lucro bruto		-	-
(Despesas) / Receitas operacionais			
Despesas Gerais e administrativas		(2.478)	(18.672)
Total das despesas operacionais		(2.478)	(18.672)
Lucro antes do Resultado Financeiro	10	(2.478)	(18.672)
Receitas financeiras		169	17
Despesas financeiras			(66)
Resultado financeiro líquido	11	169	(49)
Resultado antes das provisões		(2.309)	(18.721)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(2.309)	(18.721)

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.
CNPJ: 40.760.921/0001-77

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado Líquido do Período	<u>(2.309)</u>	<u>(18.721)</u>
Resultado abrangente do período	<u>(2.309)</u>	<u>(18.721)</u>

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.

CNPJ: 40.760.921/0001-77

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Resultado do Período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.000	(9.000)	-	1.000
Integralização de capital social		9.000		9.000
Resultado do exercício			(18.721)	(18.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.000	-	(18.721)	(8.721)
Resultado do exercício			(2.309)	(2.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.000	-	(21.030)	(11.030)

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.
CNPJ: 40.760.921/0001-77

Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em:
(Valores expressos em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(2.309)	(18.721)
Ajustado por:		
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
- Outros créditos	-	(111)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
- Obrigações tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	-	800
- Outras obrigações	1.600	10.111
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(709)	(7.921)
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(709)	(7.921)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
- Aquisição de investimentos	(466)	(900)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(466)	(900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
- Integralização de capital social		9.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	9.000
Aumento / (Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.175)	179
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.179	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1.179

HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A.

CNPJ: 40.760.921/0001-77

Demonstração do valor adicionado do exercício findo em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
I - RECEITA	-	-
I.2 - Receita com prestação de serviços	-	-
I.2 - Receita não operacional	-	-
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.478	18.672
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(2.478)</u>	<u>(18.672)</u>
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(2.478)	(18.672)
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	169	17
Receita financeira	169	17
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(2.309)</u>	<u>(18.655)</u>
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(2.309)	(18.655)
Remuneração de capitais de terceiros	-	66
Remuneração de capitais próprios	(2.309)	(18.721)

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras intermediárias
do período findo em 31 de dezembro de 2022.**

1) Contexto Operacional

A HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A , é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 04 de dezembro de 2020, tem por objeto específico a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Rua Ângelo Varela, nº 1362, sala 06, bairro Tirol, na cidade de natal, estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.015-010.

Desde a sua constituição a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui produtos ou serviços oferecidos ao mercado, bem como não celebrou quaisquer contratos com clientes e fornecedores.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, foram autorizadas pelo conselho de administração em 20 de março de 2023.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de liquidez

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação Das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser

contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários à vista	4	962
Aplicação RDC		217
Total de caixa e equivalentes de caixa	4	1.179

6) Investimentos

A conta de “Investimentos” está assim disposta:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Quotas Sicoob	1.366	900
Total de Investimentos	1.366	900

7) Fornecedores

A conta “Fornecedores” é composta pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	800	800
Total de Fornecedores	800	800

8) Outras obrigações

A conta “Outras obrigações” é composto por adiantamentos realizados por acionistas e está assim disposta:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de acionistas	11.600	10.000
Total de Fornecedores	11.600	10.000

9) Patrimônio líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Prejuízos acumulados – A companhia possui um saldo de R\$ 21.030,27 (vinte e um mil e trinta reais e vinte e sete centavos) de prejuízos acumulados, que serão revertidos à medida que a companhia iniciar suas operações.

10) Resultado operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas de securitização, deduzidas dos impostos e despesas gerais e administrativas, e está assim disposto:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	-	-
Despesas operacionais	(2.478)	(18.672)
Despesas gerais e administrativas	(2.478)	(18.672)
Resultado Operacional líquido	(2.478)	(18.672)

11) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras	169	17
Rendimento de aplicações financeiras	169	17
Despesas Financeiras	-	(66)
Tarifa bancária	-	(36)
Cadastro	-	(30)
Resultado financeiro líquido	169	(49)

12) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estando

reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

Natal - RN, 20 de março de 2023.

Márcio Paulino de Paiva
Diretor Presidente

Vitor Augusto Bazzo Fagundes
Contador
CRC PR 076.141

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Alcyr Gomes Barbosa**, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.760.921/0001-77, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCESP sob NIRE 24300013515 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 20 de março de 2023.

Natal (RN), 20 de março de 2023.

Alcyr Gomes Barbosa
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Marcio Paulino de Paiva**, Diretor Presidente da **HUMAITÁ SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.760.921/0001-77, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCESP sob NIRE 24300013515 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022; e (ii) que concorda com as opiniões expressas Relatório dos auditores independentes da Companhia de 20 de março de 2023.

Natal (RN), 20 de março de 2023.

Marcio Paulino de Paiva
Diretor Presidente